

O ensino de História e a construção da identidade nacional: uma união legítima?

Maria José Reis*

"A dinâmica do próprio tempo que vivamos nos exige atitudes mais definidas diante de um processo histórico. Os movimentos e conflitos sociais, num país como o Brasil, estão a nos exigir a reconstrução democrática do saber histórico, enquanto uma ciência da diversidade, como ensinava Marc Bloch, à qual convém a perspectiva de um olhar plural que é o modo gramatical da relatividade, uma vez que se pretenda apreender a história de todos os homens, libertando-os dos mitos das histórias oficiais".

(Afonso Carlos Marques dos Santos, 1986)

Resumo: O presente artigo problematiza um dos objetivos propostos pelos "Parâmetros Curriculares Nacionais" do ensino de História: a construção, nos alunos dos ciclos fundamentais, da noção de uma "identidade nacional". Para tanto, realiza, em primeiro lugar, uma síntese teórica, tendo em vista caracterizar este tipo de fenômeno e o processo de sua construção. Em segundo lugar, coloca em confronto com outros processos sociais contemporâneos, o conteúdo e o processo de construção daquela identidade, questionando a partir de uma perspectiva democrática, a atualidade e legitimidade da referida proposição.

Palavras chave: Identidade; História; estudo e ensino

Abstract: This article discusses one of the proposed aims of the "Parâmetros Curriculares Nacionais" for the teaching of History, related to the formation of a national identity. Firstly it makes a theoretical synthesis aiming at clarifying what compares this process of identity formation king of phenomenon this is, and the process of its construction. Secondly to other contemporary social processes to evaluate the legitimacy and actuality of that proposition.

Key words: Identity; History; study and teaching

* Professora aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Na verdade, valeria a pena considerar, como sugere Ruben (1987:73), que a construção das modernas nacionalidades se deu em um campo de luta, que “indicava as oposições, conflitos, interesses e projetos divergentes e contraditórios que caracterizam as sociedades de classes”. Além disso, seria adequado acoplar “a idéia de pacto como outra dimensão constitutiva da nacionalidade”, sendo que “a equação que, numa única fórmula, chamamos de definição social da nacionalidade, não é mais do que a expressão deste dilema” (Ruben, *idem*:74). Inspirada em Gramsci (apud Bobbio et al., 1986:580), poderia acrescentar: o dilema próprio da constituição de uma hegemonia, “acima de tudo, como a capacidade de direção intelectual e moral, em virtude da qual a classe dominante, ou aspirante ao domínio, consegue ser aceita como guia legítimo, constitui-se em classe dirigente e obtém o consenso ou a passividade da maioria da população diante das metas impostas à vida social e política do país”.

Trata-se, como diria Bourdieu (1989:113), em primeira mão, sobretudo, de um processo de luta pelo poder simbólico, pelo monopólio “de fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima”. Embora os critérios classificatórios possam ser baseados em critérios objetivos - em nosso caso específico, por exemplo, a vinculação pelo nascimento a um território, um dos aspectos que confere legalmente a pertença a uma nacionalidade -, os critérios de classificação, conforme Bourdieu (*idem*:118), são representações, resultado de atos de percepção, de reconhecimento, materializados em bandeiras, hinos, insígnias, falas e gestos estrategicamente interessados, porque neles os agentes investem seus interesses e pressupostos, a procura de ganhos simbólicos que reverterão, também, em ganhos práticos. Agentes, tais como representantes do Estado e intelectuais, que em se tratando da “invenção da nação,” constroem a memória nacional que, apesar de não ser a somatória das diferentes memórias coletivas da nação, apresenta-se como “unificada e integradora, procurando a harmonia e escamoteamento ou sublimando o conflito” (Bezerra de Meneses, 1992:15).

Identities sociais, novos movimentos sociais e o processo de globalização

O tema das identidades sociais que esteve e está em moda, pelo menos nas duas últimas décadas, tem sido ventilado acompanhado das mais diferentes adjetivações e associado a diferentes processos. Falava-se, so-

Os “Parâmetros Curriculares Nacionais” (BRASIL/MEC/SEF, 1998) propõem como um dos objetivos do ensino fundamental de História, “que os alunos sejam capazes de conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país”. O presente artigo pretende, de modo preliminar, problematizar esta proposta, através de um duplo investimento. De um lado, realiza uma incursão teórica utilizando a contribuição das ciências sociais, com vistas a decifrar o que seja “identidade nacional”. De outro, colocando-a em confronto com determinados aspectos da realidade sociocultural e política contemporânea, arrisca-se a indagar, a partir de uma perspectiva democrática, sobre sua atualidade e legitimidade.

Identidade social e memória

De acordo com Brandão (1986:47), identidade social é “uma categoria de atribuição de significados específicos a tipos de pessoas em relação umas com as outras”. Isto é, uma atribuição constitutiva de grupos sociais, elaborada através de representações que emergem como formas de auto-reconhecimento e como identificação por parte de “outros” atores sociais.

Estudos antropológicos¹, entre os quais os de Cardoso de Oliveira (1968) e Cunha (1986), têm enfatizado, que a formação de identidades ocorre em contextos situacionais, pelo contraste entre diferentes segmentos sociais, em um movimento especular. Em outros termos, através da construção de imagens ou representações coletivas² constitutivas de um “nós”, a partir do olhar na direção de “outros”.

Todavia, diferentes autores como Barolome (1979), ao tratarem de “identidades étnicas”, propõem decompô-la em dois aspectos, fundados na percepção dos atores. Para o referido autor, (idem:315) na constituição de uma identidade social, além do contraste com os “outros”, ocorreria uma relação de “nós, conosco”, em unidade ou consonância com um “ethos grupal” a que Bartolome denomina de “consciência étnica”, isto é, a consciência de pertencimento a um determinado grupo social. Nestes termos, esta consciência seria o produto da relação de cada grupo com suas próprias vivências históricas. Em síntese, “a consciência étnica apareceria como a noção de pertencimento a um grupo, identificado a partir da participação em um código e uma história cultural comuns, assim como as representações coletivas das relações estabelecidas no interior deste código e com esta história” (Bartolome, idem; ibidem).

Vale lembrar, acrescentando a contribuição de Pacheco Filho (apud Dickie: 1996: 175), que há a possibilidade de múltiplas leituras e manipulação dos referenciais em uma situação de contato entre diferentes grupos, que remetem a valores tradicionais e históricos, como a percepção estratégica do próprio contato. Portanto, além de chamar a atenção para a não essencialidade cultural das identidades, o referido autor destaca sua historicidade e a possibilidade de instrumentalização. O mesmo faz Bezerra de Meneses (1987:183), ao afirmar que “o processo de identificação é um processo de construção de imagem; por isso terreno propício a manipulações”.

Seja como for, é indispensável considerar, em primeiro lugar, a partir das observações de Barlolomé, a importância do recurso à própria história, ou seja, à memória social como o suporte fundamental da identidade e, como tal, condição da vida psíquica e social humana. Suporte básico da identidade porque alimenta o sentimento de pertença a uma comunidade, através da percepção de continuidade temporal, de uma entidade historicamente enraizada, que se projeta no futuro³. Em segundo lugar, que a memória vista como tradições sociais, é ela mesma representação social, construída de modo seletivo e situacional.

Em síntese, como afirma Nora (1984) “a memória é a vida, sempre trazida pelos grupos vivos e, por esta razão, ela está em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas as utilizações e manipulações, susceptível de longas latências e freqüentes revitalizações”.

A nação como uma “comunidade imaginada”

O que mais poderia ter lançado a Argentina e a Inglaterra em uma louca guerra por um pântano e uma pastagem acidentados e ásperos, do que a solidariedade que emana de um nós imaginário, em oposição a um eles simbólico?

(Eric Hobsbawn, 1992).

Considerando, a partir do que foi dito, que identidades sociais são representações coletivas que delimitam e conformam grupos sociais, falar de “identidade nacional” implica, ainda, discutir o aposto “nacional”, a partir da própria idéia de “nação”.

Na perspectiva de Anderson (1983:15), as nações seriam comunidades imaginadas porque os co-participantes, mesmo da menor das nações, nunca irão conhecer muitos de seus membros, encontrá-los ou mesmo saber deles, embora nas mentes de cada um ocorra a imagem de sua co-participação.

Contrapondo-se a Gellner (1983), que ao preconizar que nações são inventadas, associa esta idéia com falsidade, Anderson (idem:16) afirma que comunidades devem ser distinguidas não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo através do qual elas se imaginam. A seu ver, três são os componentes básicos desta imaginação.

As “nações” são, em primeiro lugar, "limitadas", isto é, têm suas fronteiras definidas, ainda que elásticas. Nenhuma nação, diz Anderson (idem :16), imagina-se como corolário da humanidade. São, também, “soberanas”. Nações sonham serem livres e a garantia e o emblema desta liberdade é o Estado soberano. Finalmente, imaginam-se como “comunidades”, porque “a despeito da sua real desigualdade e exploração que pode prevalecer em cada uma delas, a nação é sempre concebida como proporcionando um companheirismo horizontal” (idem, ibidem:16) ou fraternidade. Definitivamente, acrescenta Anderson, é esta “fraternidade” que tem levado milhões de pessoas, nas últimas duas décadas, tanto a matar como a desejar morrer.

Ao mesmo tempo, recuperando aspectos do contexto histórico europeu que permitiram a emergência do moderno nacionalismo, tais como a queda das realezas dinásticas e o declínio da importância de idéias religiosas como constitutivas essenciais da visão de mundo; o papel da substituição do latim pelas línguas vernáculas e a edição de material bibliográfico nos moldes capitalistas, Anderson (idem) destaca a importância, do ponto de vista existencial, da dimensão cultural do nacionalismo. Ela forneceria “respostas novas a velhas questões”, tais como fatalidade/continuidade, finitude/ imortalidade, implicando, portanto, em um forte investimento emocional.

Por outro lado, considerando que, como é sabido, a construção dos modernos Estado-nacionais⁵ e, em contrapartida, a constituição das nacionalidades, é produto de um conjunto de fatores de ordem econômica, política, social e cultural, para compreender como se forma a identidade nacional, é necessário identificar o processo através do qual ela se constitui. Surgindo na Europa no século XIX, a idéia de nacionalidade instalou-se, também, em outros continentes, embora marcada por especificidades históricas de cada

contexto onde foi gestada. A despeito, contudo, destas particularidades, é possível indicar atributos comuns, que têm marcado as nacionalidades, pelo fato de haver, nas sociedades em que ocorrem, características similares.

Um dos aspectos essenciais compartilhados pelas modernas sociedades - que merece ser lembrado - é o fato de elas serem marcadas por diversidades culturais e por desigualdades sociais. Não são, como lembra Ruben (1987:41), “nem homogêneas, nem iguais”. Esta marca preocupava já os intelectuais alemães interessados na unificação dos Estados Germânicos, entre os quais Hegel (apud Ruben, 1986).

Portanto, pelos próprios contextos históricos onde foram gestados, a nacionalidade e o processo de sua constituição tenderiam a homogeneização e unificação. Mesmo que mereça alguma relativização, não deixa de ser extremamente oportuna a seguinte afirmação de Durhan (1983:12): “A nação, isto é, a população de um território unido pela cultura e pela tradição foi, em toda parte, pelo menos de início, uma ficção, criada pelo próprio Estado. Os Estados Modernos se constituíram todos sobre diversidade étnica preexistente, num processo de unificação territorial marcado pela violência. A comunidade nacional foi criada posteriormente pela opressão: a cultura comum foi imposta pela repressão às manifestações étnicas minoritárias e a tradição coletiva foi gerada na história da dominação de um povo sobre outro”.

Enfim, mesmo em relação às nações formadas a partir de movimentos de descolonização na África ou na Ásia, “a nacionalidade moderna significou a instauração de formas universais e homogeneizantes dirigidas ao estabelecimento de um mesmo código de relações sociais. Tratava-se de unificar processos econômicos, línguas, costumes e de desfazer as fronteiras do diverso, sem que isto implicasse fazer o mesmo com a fronteira da desigualdade (Ruben, 1987:41).

Tanto Ruben quanto Durhan recuperam, pois, a dimensão propriamente política da formação da nacionalidade. Assim, a “solidariedade” que daí resulta, viria por conta de um imaginário totalizador, aglutinador, constitutivo da identidade nacional. Discursos e símbolos materiais articulados, constituindo como bem ilustram Hobsbawm e Ranger (1984), “tradições inventadas”.

Nacionalidades seriam, então, apenas manipulação e simples dominação? Seriam apenas armadilhas ideologicamente montadas com o objetivo de aplinar as diversidades internas e amortecer as desigualdades?

bretudo durante os anos 80 e início dos 90, quando estava em alta a discussão acadêmica sobre os “novos movimentos sociais” (Scherer-Warren e Kriscke, 1987 e Jonhston e Klandermans, 1995), na ocorrência de novas identidades, tais como a das “mulheres”, dos “ecopacifistas” ou “verdes”, dos “homossexuais”. No caso específico do Brasil, além da emergência destes novos “atores sociais”, construíram-se as identidades dos “índios” dos “afro-brasileiros”, dos “sem-terra”, dos “atingidos pela construção de hidroelétricas”, entre outras (Scherer-Warren, 1993). Justificava-se, assim, a afirmação freqüente na teoria social, de que estava em curso um processo de fragmentação e de dispersão das identidades sociais⁵.

Por outro lado, um outro fenômeno, o da globalização, tema constante e recorrente nos discursos políticos, na linguagem empresarial, nos debates acadêmicos, seria igualmente responsável pela importância dada à questão da identidade. Em sentido genérico, a partir da vastíssima bibliografia sobre este fenômeno⁶, pode-se afirmar que a globalização constitui-se em um processo de transnacionalização da economia e, conforme Ortiz (1994), de “mundialização da cultura”⁷.

Diante destes processos de transnacionalização e de fragmentação das identidades a que aludimos, não seria anacrônico ou extemporâneo, falar em “identidade nacional”, considerando os termos em que tem sido historicamente pensada e produzida? Não seria igualmente embaraçoso, e sobretudo perigoso, em uma perspectiva democrática, propor a adoção desse tipo de identidade?

Democratização e identidade nacional: uma ressemantização possível?

Tentando, em primeiro lugar, responder negativamente ao questionamento sobre a extemporaneidade do estímulo à formação da noção de uma identidade nacional diante do movimento de transnacionalização provocado pela globalização, é indispensável ressaltar, como o tem feito a maioria dos autores, que este fenômeno tem provocado uma constante tensão entre o “local”, o “regional”, o “nacional” e o “global”. Portanto, mesmo que estejam ocorrendo toda sorte de hibridações, justaposições e compressões culturais (Feartherstone, 1995:21) há que se ressaltar, como afirmam Bayardo e Lacarrieu (1997:16), a simultaneidade dos processos de diferenciação e homogeneização, que têm resultado em localismos, regionalismos, nacionalismos e fundamentalismos. Afinal, como afirma Oliven

(1992:27), argumentando em favor da atualidade da problemática da identificação nacional, em um mundo que tende a tornar-se uma “aldeia global”, “as pessoas continuam nascendo em um determinado país, adquirindo seus costumes, identificando-se com seus símbolos e valores, apoiando sua seleção nacional de esportes, respeitando sua bandeira e sendo convocados para defender as fronteiras da pátria”.

Por outro lado, a ocorrência de novas identidades coletivas, decorrentes dos aludidos movimentos sociais, não parece limitar a presença de uma identidade nacional. A rigor, uma vez que, ou advogam o direito a fazerem parte da nação mantendo sua alteridade ou lutam contra a exclusão social, opõem-se a uma comunidade e a uma identidade nacionais, monoculturais e ideologicamente apaziguadoras do conflito, o que não implica, entretanto, negar o pertencimento à nação brasileira e com ela se identificar.

Constatada, assim, a atualidade da problemática da construção de uma identidade nacional, como justificar a partir de uma postura crítica e democrática, a proposta de incentivar sua adoção, tendo em vista ter sido reiterado historicamente seu caráter monocultural, totalizador e ideológico? Como desconsiderar as atrocidades cometidas em nome do nacionalismo, do qual a identidade nacional é matéria prima essencial, na Segunda Guerra Mundial, nos conflitos ocorridos no leste europeu após a desagregação da União Soviética e em tantos outros contextos que, apesar de outros ingredientes, se definiram, também, em termos nacionais?

Com efeito, neste sentido, não é difícil crer, como afirma Touraine (1996:232), que “a consciência nacional é um obstáculo ao espírito democrático”. O mesmo ocorre, deste ponto de vista, como assinala o autor (*idem, ibidem*), com a defesa de um nacionalismo a serviço de um projeto de desenvolvimento econômico, indiscriminadamente voltado para a participação em uma economia globalizada, auto-regulada, liberada de todo controle político e social, portanto de todas as instâncias democráticas.

Disto se conclui que aquilo que deve ser colocado sob suspeita, negado e combatido, é um nacionalismo e uma identidade nacional gestados e geridos pelo Estado, privilegiando, de modo autoritário, a unidade e a homogeneidade cultural em detrimento da diversidade. A nação, como bem o coloca Touraine (*idem: 234*), já não pode ser definida pela criação do espaço unificado da cidadania, ignorando a diversidade social e cultural. Pelo contrário, o que se deve almejar é a comunicação intercultural e a solidariedade social.

Para tanto, parece ser indispensável, dispor-se a aceitar um duplo desafio. Por um lado, o de conciliar os direitos de igualdade dos cidadãos e os direitos à diferença de culturas (Falteri, 1998), evitando, ao mesmo tempo, a guetização e a impermeabilidade de grupos culturalmente diferenciados, que possam alimentar posturas discriminatórias. Por outro, o de colocar em pauta, conhecer, reconhecer e lutar para a superação das desigualdades sociais, sem a qual não há verdadeira diversidade cultural. Assim sendo, ao mesmo tempo em que o sentimento de pertença, através da criação de uma identidade nacional que privilegie a unidade pelo respeito à diversidade, aponta na direção de um projeto de sociedade mais democrático, a solidariedade e a identificação com aqueles que lutam pela conquista da cidadania em seu sentido pleno, tornam-se condição indispensável para sua concretização.

· Seria deste novo significado de “identidade nacional” que estariam falando os “Parâmetros Curriculares” do ensino de História?

A partir da leitura dos demais objetivos propostos nos referidos Parâmetros; da verificação do modo como foram selecionados os conteúdos; da proposição de que sejam discutidas categorias centrais na disciplina, tais como “tempo”, “memória”, “patrimônio histórico” e da sugestão de escuta das diferentes memórias coletivas, parece ser possível responder positivamente a esta última indagação, ciente, contudo, da provisoriedade desta afirmação. Analisar e avaliar integralmente qualquer documento desta natureza, exige uma discussão ampliada e aprofundada de seu conteúdo, da proposta político-pedagógica que ele sustenta, para apontar, com maior respaldo, seus prováveis avanços em relação às propostas anteriores, mas também suas possíveis ambigüidades e lacunas. Isto demandaria, sem sombra de dúvida, um investimento que de longe supera os limites e o propósito deste texto.

A rigor, mais do que avaliar, minha intenção com o presente trabalho é estimular o debate. Mesmo acreditando que ele pode se beneficiar da interlocução com profissionais de outras disciplinas, quero crer que a consciência sobre a importância dos conteúdos de História na formação de crianças e jovens, continuará mobilizando os próprios profissionais que se dedicam à pesquisa e ao ensino nesta área de conhecimento⁸, para realizar uma criteriosa discussão sobre os parâmetros curriculares, não apenas em sua versão nacional, mas também nas versões estaduais e municipais.

Com a palavra, portanto, os historiadores e professores de História.

Notas

1. Utilizo neste texto alguns destes estudos, embora a maior parte da bibliografia antropológica sobre identidades esteja voltada para a análise de identidades étnicas, uma vez que estas são, igualmente, como as identidades nacionais, identidades sociais.
2. Entendo representações coletivas no sentido proposto por Durkheim e Mauss (1903), como categorias de percepção e apreciação da realidade que estabelecem delimitações e classificações, tanto em relação ao mundo natural, quanto ao social.
3. Sobre a relação entre memória, identidade e história, veja-se, especialmente, Bezerra de Meneses, 1992.
4. Veja-se, sobre o assunto, além dos trabalhos citados no texto, Hobsbawn (1991) e Guibernau (1998).
5. Embora esta afirmação seja utilizada, mais freqüentemente, em relação aos processo de globalização ou ao que tem sido denominado de “pós-modernismo”, como o fazem Maffesoli (1987) e Hall (1998), creio ser aplicável, também, ao caso dos “novos movimentos sociais”.
6. Veja-se, além dos autores citados no texto, Canclini (1995) e Ianni (1995).
7. Para uma crítica da utilização do conceito de “mundialização da cultura”, no sentido empregado por Ortiz, como nomeando a ocorrência de uma “cultura mundo”, veja-se Montero (1996).
8. Veja-se, p.ex., Martins et al. (1998) e ANPUH (1998 e 1998 a).

Referências bibliográficas

- ANDERSON, B. *Imagined Communities. Reflections on the origin and spread of nationalism*. Londres/New York: Ed. Verso, 1983.
- ASSOCIACÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH). São Paulo: *Boletim da ANPUH*, ano 6, n.12, mar.-jul., 1998.
- ASSOCIACÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH). São Paulo: *Boletim da ANPUH*,ano 6, n.13, out.-dez., 1998 a..

- BARTOLOME, M. "Consciencia étnica y autogestión indígena". In: **Indianidade y descolonización en America Latina**. Documentos de la 2ª Reunión de Barbados. México: Editorial Nueva Imagem, 1979.
- BAYARDO, R. e LACARRIEU, M. **Globalización e identidad cultural**. Buenos Aires: Ciccus, 1997.
- BEZERRA de MENESES, U. "A história, cativa da memória?" "São Paulo: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros** . n.34, 1992.
- BEZERRA de MENESES, U. "Identidade cultural e arqueologia". In: BOSI, A. **Cultura Brasileira**. São Paulo: Ática, 1987.
- BOBBIO, N. et al. **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986. (2ª edição).
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.
- BRANDÃO, C.R. **Identidade e Etnia. Construção da pessoa e resistência cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CANCLINI, N.G. **Consumidores e cidadãos, conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- CARDOSO de OLIVEIRA, R. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.
- CUNHA, M.C. da . **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986.
- DICKIE, M.A. **Afetos e circunstâncias. Um estudo sobre os Mucker e seu tempo**. (Tese de Doutorado em Antropologia Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.
- DURHAN, E. O Lugar do índio. In: **O Índio e a Cidadania**. São Paulo: Comissão Pró-Índio, Ed. Brasiliense, 1983.
- DURKHEIM, E. e MAUSS, M. "De quelques formes primitives de classification. Contribution à l'étude des représentations collectives". Paris: **Année Sociologique**. n.6, 1903.
- FALTERI, P."Interculturalismo e cultura no plural". In: FLEURI, R.M. (Org.) **Intercultura e movimentos sociais**. Florianópolis, Mover/NUP, 1998.
- FEATHERSTONE, M. **O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade**. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1997.

- GELLNER, E. **Nations and Nationalism**. Oxford: Blackwell, 1983.
- GUIBERNAU, M. **Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998 (2ª edição).
- HOBBSBAWN, E. e RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOBBSBAWN, E.J. **Nações e nacionalismo desde 1870**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- JOHNSTOON, H. e KLANDERMANS, B. (Ed.) **Social movements and culture**. Minneapolis: University Minnesota Press, 1995.
- MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- MARTINS, I. de Lima et al. (orgs.) **História e cidadania**. São Paulo: Humanitas Publicações/FFLCH-USP; ANPUH, 1998.
- MONTERO, P. "Cultura e democracia no processo de globalização". São Paulo: **Novos Estudos CEBRAP**, n.44, mar., 1996.
- NORA, P. **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984.
- OLIVEN, R.G. **A parte e o todo. A diversidade cultural no Brasil-Nação**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RUBEN, G.R. Teoria da Identidade: uma crítica. **Anuário Antropológico** 86. Brasília/Rio de Janeiro: Ed. Univ.Brasília/Tempo Brasileiro, 1986.
- RUBEN, G.R. **O que é nacionalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987 (2ª edição).
- SANTOS, A.C.M. dos. "Memória, história, nação: propondo questões". Rio de Janeiro: **Revista Tempo Brasileiro**. n.87, out-dez., 1986.
- SCHERER-WARREN, I. e KRISCHKE, P. (Orgs.) **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.
- ¿TOURAINÉ, A. **¿Podremos vivir juntos? Iguales y diferentes**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1996.